

O cânone literário em perspectiva: o caráter político em detrimento do estético

The literary canon in perspective: the political character to the detriment of the aesthetic

Daniel Teixeira da Costa Araujo
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Inicialmente uma lista de autores e obras modelares, o cânone literário hoje se comporta como meio de assegurar a identidade de uma nação, de um povo, de um grupo. Sem se ater à atualidade da questão cultural a esse respeito, este artigo se propõe investigar os pressupostos epistemológicos do cânone literário para explicitar seu caráter político e a intenção de controle seja do que é lido seja de como deve ser lido inerente a todo cânone, assim como revelar o papel de instituições, tais como a escola e a universidade, na determinação de interpretações válidas ou inválidas. Este artigo visa ainda evidenciar o quanto a recepção influi no processo de configuração de um cânone, apontando para o papel da historicidade da recepção como denúncia da precariedade da função do cânone enquanto discurso de legitimação da literatura. Por fim, será explicitada a relação entre cânone e poder, apontando para um possível uso do conceito foucaultiano de dispositivo como operador para a discussão do conceito de cânone literário.

Palavras-chave: Cânone. Historicidade da recepção. Poder. Dispositivo. Clássico.

Abstract: Initially a list of authors and works showcases, the literary canon today behaves as a means of ensuring the identity of a nation, a people, a group. Without sticking to the current cultural issue in that regard, this article aims to investigate the epistemological assumptions of the literary canon to explain their political character and intent to control what is read and how is to be read as inherent to every canon, as well as reveal the role of institutions such as school and university, in the determination of valid or invalid interpretations. This article also aims to show how much influence the approval process of setting up a canon, pointing to the role of the historicity of reception of the complaint as the precarious role of the canon as a discourse of legitimization of the literature. Finally, we will be outlined the relationship between canon and power, pointing to the possible use of Foucaultian concept of device as the operator for the discussion of the concept of the literary canon.

Keywords: Canon. Historicity of the reception. Power. Device. Classic.

Introdução

O método estético-recepcional de Hans Robert Jauss propõe que o passado seja descortinado a partir de um horizonte presente, o que traz como consequência a fusão dos horizontes passado e presente; assim, toda leitura se configuraria historicamente, fazendo de todo ato interpretativo uma situação hermenêutica. O presente artigo, ao se colocar nas sendas da intrincada discussão sobre o cânone literário, tem por intuito elaborar algumas questões, visando apenas delinear um pouco melhor esse problema, por entender o cânone na forma da imagem de Kenneth Burke, da qual pode-se presumir que autores e obras irão compor ou deixar de compor as listas em função da legitimidade atribuída por alguém dotado de autoridade em um processo por demais dinâmico:

Imaginem-se entrando em um salão. Vocês chegam tarde. Quando chegam, os outros já se encontram lá há muito tempo e se acham enredados em uma acalorada discussão, uma discussão por demais acalorada para que parem e lhes contem exatamente do que se trata. Na verdade, a discussão começou muito antes que qualquer um deles chegasse, de modo que ninguém dentre os presentes está qualificado a destrinchar o caminho para vocês e lhes contar passo a passo. Escutem um pouco, até que decidam ter captado o essencial da discussão; então façam-nos ouvir. Alguém contesta, vocês o contestam... entretanto, a discussão é interminável. Está cada vez mais tarde, vocês devem ir embora. E se vão, com a discussão prosseguindo com entusiasmo (BURKE, 1957, p. 94-6. Apud HARRIS, 1998, p. 42)¹.

É interessante lançar a atenção sobre os pressupostos que determinam a dinâmica desse campo da instituição literária, de maneira a situar este artigo no terreno movediço e cambiante da historicidade de todo gesto crítico. Desse modo, este artigo tem por objetivo discutir a noção de cânone literário, de modo a explicitar a função por ele exercida na conformação cultural da qual faz parte a literatura. Inicialmente uma lista de autores e obras modelares, o cânone hoje se comporta como meio de assegurar a identidade de uma nação, de um povo, de um grupo, qualquer que seja ele. Sem me ater, portanto, à atualidade da questão cultural, preferi investigar o que pode ser chamado de pressupostos epistemológicos do cânone

¹ “Imaginad que entráis en un salón. Llegáis tarde. Cuando llegáis, los otros ya hace mucho que están y se hallan enzarzados en una acalorada discusión, una discusión demasiado acalorada para que paren y os cuenten exactamente de qué va. En realidad, la discusión empezó mucho antes de que cualquiera de ellos llegara, de modo que ninguno de los presentes está cualificado para deshacer el camino para vosotros y contáros lo paso por paso. Escucháis un rato, hasta que decidís que hábeis captado lo esencial de la discusión: entonces os hacéis oír. Alguien contesta, vosotros le contestáis... Sin embargo, la discusión es interminable. Se hace cada vez más tarde, débeis ir. Y os vais, con la discusión prosiguiendo con entusiasmo”.

literário para explicitar o caráter político de todo cânone, podendo-se afirmar que há por trás de todo cânone uma intenção de controle seja do que é lido, seja de como deve ser lido, a qual pode se sobrepor a questão de caráter estético.

O cânone literário em perspectiva

Este artigo visa evidenciar o quanto a recepção influi no processo de configuração de um cânone, apontando para o papel da historicidade da recepção como denúncia da precariedade da função do cânone enquanto discurso de legitimação da literatura. Cabe ressaltar que o conceito de cânone será aqui desdobrado *a partir de* uma concepção que o considera um instrumento de seleção e conservação de um *corpus* modelar de textos classificados como literários – e assim julgados valiosos e dignos de estudos e comentários –, cuja função de legitimação é amparada pelo arquivo, pelo museu, pela enciclopédia, pelas antologias, e por outras instituições sociais de memorização. É evidente que há funções que justificam essa necessidade de seleção e conservação de um *corpus*, como o fato de o cânone servir de espelho cultural, identidade nacional ou étnica, formação do indivíduo, as quais revelam o quanto instituições como a universidade e minorias dirigentes têm influência marcante na determinação dessas listas. Depreende-se daí uma relação entre cânone e poder e a consequente necessidade de explicitar os critérios e mecanismos que intervêm nesse processo.

É notória a revitalização da questão do cânone nos últimos anos, sobretudo em virtude da popularização dos Estudos Culturais e das revisões e releituras que essa corrente teórica propõe dos cânones estabelecidos. Em concordância com o comentário de Enric Sullà, segundo o qual a exigência em julgar a cultura e a literatura com base nos parâmetros de raça, classe e gênero traz o risco de um retorno a uma concepção de literatura como reflexo e representação, não tenho o intuito de me colocar na trilha dessa corrente, uma vez que o foco deste artigo é uma questão epistemológica da teoria literária: o processo de formação de um cânone pelo viés do estudo da recepção dos textos, o que envolverá uma atenção aos critérios de leitura, interpretação e valoração dos textos.

Como se sabe, o conceito de cânone integra hoje o contexto de crise que marca o sentido tradicional da teoria e da crítica literárias. Segundo José Maria Pozuelo, vem ocorrendo uma retomada da questão do cânone, o que tem contribuído para uma revisão de modelos epistemológicos que foram conceitos centrais da crítica literária, tais como “autor”, “texto”, “leitor”, “interpretação”. Pozuelo acrescenta ainda que a essa revitalização não deve faltar a reflexão sobre os lugares institucionais, uma vez que estes são responsáveis pela imposição de valores. Gostaria, assim, de deixar claro que a postura assumida neste artigo para discutir o conceito de cânone terá como fundo a crítica à ideia de cânone como universal estético, uma vez que, com a historicidade da recepção, pretendo demonstrar que os modelos definidores dessa universalidade são cambiantes e condicionados por fatores ideológicos, isto é, fatores extratextuais, o que faz suspeitar de que tais

modelos são antes políticos que estéticos. Pozuelo atribui, pois, à historicidade a condição movediça do cânone: “Todo cânone se resolve como estrutura histórica, o que o converte em cambiante, movediço e sujeito aos princípios reguladores da atividade cognitiva e do sujeito ideológico, individual ou coletivo, que o postula” (POZUELO, 1998, p. 236)².

Destaco, assim, nas perspectivas abertas por Jauss, a relevância do enfoque na historicidade da recepção, a fim de salientar o quanto a função do cânone na instituição literária é vacilante, visto que é concebida no jogo das vicissitudes do gosto, da crítica e dos modelos conceituais disponíveis em um determinado momento para a valoração de uma obra ou de um autor. Ao se questionar a autenticidade da função do cânone na instituição literária, cujos valores são, por vezes, considerados naturais e, por isso, insuspeitáveis, a historicidade da recepção se apresenta como alternativa para se pensar os princípios epistemológicos do cânone literário. Atrelando-se o estudo da recepção ao processo de formação do cânone, deve-se, então, considerar a mudança do paradigma metodológico proposta pela Estética da Recepção que, em meados dos anos 60 do século XX, voltou o olhar da teoria literária para os procedimentos de leitura. Parece, pois, ser evidente que, no ato de valoração, o que determina o valor não é o texto fechado em sua imanência, mas sim os padrões vigentes de interpretação é que atuam como condicionantes da compreensão. Assim, a contribuição que esse método pode trazer é de inserir o problema do cânone na história, relativizando-o através da atuação, na Modernidade, da premissa da temporalização e do postulado da inovação, questões estas a serem desenvolvidas um pouco mais adiante.

O problema do cânone literário poderia ser abreviado pelo senso comum de uma maneira simples e prática, de acordo com Sullà, como “uma lista ou elenco de obras consideradas valiosas e dignas por isso de serem estudadas e comentadas” (SULLÀ, 1998, p. 11)³. Em um estudo crítico, o senso comum pode, no entanto, funcionar como ponto de partida da questão; para tanto, uso das palavras de Wendell V. Harris como provocação inicial: “Quaisquer que sejam as funções que regem as seleções, é importante reconhecer que, ainda que por definição um cânone se componha de textos, na verdade ele se constrói a partir de como se leem os textos, não dos textos em si mesmos” (HARRIS, 1998, p. 56)⁴. O comentário de Harris sintetiza bem o propósito teórico deste artigo ao colocar em relevo os critérios de leitura em detrimento dos autores e obras que ocupam lugar nas listas do cânone, ou dos cânones, melhor dizendo.

Uma vez que se mostra patente a existência de propósitos por trás da confecção das listas do cânone, é necessário ter em mente alguns dos possíveis

² “Todo canon se resuelve como estructura histórica, lo que lo convierte en cambiante, movedizo y sujeto a los principios reguladores de la actividad cognoscitiva y del sujeto ideológico, individual o colectivo, que lo postula” (POZUELO, 1998, p. 236).

³ “una lista o elenco de obras consideradas valiosas y dignas por ello de ser estudiadas y comentadas” (SULLÀ, 1998, p. 11).

⁴ “Cualesquiera que sean las funciones que rigen las selecciones, es importante reconocer que, aunque por definición un canon se compone de textos, en realidad se construye a partir de cómo se leen los textos, no de los textos en sí mismos” (HARRIS, 1998, p. 56).

critérios que perpassam essa seleção. Harris, em seu ensaio “A canonicidade”, aponta algumas funções atribuídas ao cânone com o intuito de revelar esses critérios e denunciar a relatividade dos princípios que definem as distinções entre os diversos tipos de cânone, dentre os quais destacam-se: a provisão de modelos, ideais e inspiração; a transmissão da herança intelectual; a criação de marcos comuns de referência; o intercâmbio de favores – quando os próprios escritores se colocam no cânone e incluem também seus pares; a legitimação de uma teoria; a historicização; a pluralização, abrindo-se espaço à diversidade cultural. Essas distinções ajudam a perceber quais funções o cânone pode desempenhar, porém a variedade de princípios revela também o quão insuficientes são tais classificações, uma vez que critérios adicionais poderiam ser sempre acrescentados para se definir os contornos de uma seleção.

O papel das instituições

Independentemente dos critérios usados para eleger autores ou obras, uma seleção qualquer não teria grande alcance, se não tivesse como se impor; entra, então, em cena o papel das instituições. Silvina Rodrigues Lopes destaca algumas forças determinantes na institucionalização do campo literário, tendo-se na escola, sobretudo na universidade, uma importante referência na delimitação desse campo:

Ora, a escola, e particularmente a universidade, tem um papel decisivo não só na regulamentação do circuito literário, mas em primeiro lugar, na determinação do *corpus* a preservar. [...] O estabelecimento do cânone literário e conseqüente ordenação, classificação e hierarquização das obras literárias numa história da literatura, compete a uma comunidade profissional, a dos professores e investigadores da disciplina (LOPES, 1994, p. 416).

A comunidade da qual fala Lopes é organizada hierarquicamente e, para garantir sua estabilidade, necessita de regras e meios próprios, como uma rede conceitual e linguagem particular, fato comum a todas as disciplinas científicas. No entanto, ao contrário das ciências empíricas, nas quais a autoridade é conseguida ao se sujeitar uma tese à experimentação, “a situação dos estudos literários, decorrente do seu estatuto originário de humanidades, é a de uma permanente instabilidade em que, quase ciclicamente, alternam a defesa e a condenação das técnicas” (LOPES, 1994, p. 416). É, pois, na precariedade de seu equilíbrio que os estudos literários prosseguem, aliando mudança e conservação. Com isso, percebe-se a insuficiência da instituição do cânone – pensada, então, como lugar de determinação de padrões e regras de valoração –, já que

O predomínio das técnicas levado ao limite, isto é, à tentativa de as impor em exclusividade, impediria a consolidação e mudança do cânone, uma vez que as técnicas – quer sejam de análise das formas, incluindo as análises de retórica, quer sejam de determinação do sentido ou da significação – se exercem sobre elementos do cânone constituído e dispensam a avaliação. Por sua vez, a tendência para “libertar” de todos os “entraves” técnicos as interpretações e avaliações “canonizadoras” faria com que estas correspondessem apenas e directamente aos interesses políticos de um grupo, e sujeitaria a literatura a uma legitimação apenas carismática (LOPES, 1994, p. 416).

Tendo-se em vista a vacilação dos parâmetros responsáveis pela configuração do cânone, pode-se acrescentar à consideração de Lopes o comentário de Douwe W. Fokkema que introduz, na forma de problema hermenêutico, a questão do interesse como condicionante da atribuição de sentido ao texto:

A questão óbvia, é claro, está em saber se o especialista pode chegar a interpretar e avaliar os textos literários de um modo que transcenda os seus próprios interesses. Encaram-se a interpretação como a atribuição de sentido ou, mais precisamente, como a construção de uma relação significativa entre o mundo do texto e o mundo da vida do leitor, a resposta para essa questão é não. Qualquer interpretação permanece ligada aos valores do leitor. (FOKKEMA, [s. d.], p.15).

Investindo na avaliação do papel das instituições na determinação, ou melhor dizendo, no controle das interpretações, Frank Kermode descortina interessantes forças que limitam os gestos de qualquer intérprete de textos seja no que diz respeito ao que pode ser dito, seja com relação aos modos segundo os quais pode-se fazê-lo:

Estas forças podem provir do passado, mas no geral serão consideradas como sanções exercidas pelos próprios contemporâneos (e isso será certo, tanto se um se opõe a elas e sofre com elas, como se não). Existe uma organização da opinião que pode tanto facilitar como inibir o modo pessoal de fazer a interpretação, a qual prescreverá o que pode ser legitimamente objeto de um escrutínio interpretativo intensivo e determinará se um ato particular de interpretação deve ser considerado um êxito ou um fracasso, se deverá ser levado em conta ou não em futuras interpretações lícitas. O meio dessas

pressões e intervenções é a instituição (KERMODE, 1998, p. 91)⁵.

Vale trazer o comentário de Harris apenas como breve exemplificação do que podem vir a ser essas sanções exercidas pelos contemporâneos e a dificuldade de se escapar do círculo gerado pelo mercado:

Os professores tendem a ensinar o que lhes ensinaram, o que é fácil de se encontrar editado, sobre o que existem ensaios interessantes e sobre o que eles mesmos estão escrevendo. O que é fácil de ser encontrado editado tende a ser aquilo sobre o que se escreve e ensina; o que se escreve tende a ser o que se ensina e sobre o que outros escrevem (HARRIS, 1998, p. 48)⁶.

Quando são provenientes do passado, essas forças vestem sempre a armadura da tradição. Faço aqui uma pequena digressão, discorrendo sobre a reabilitação dos conceitos de autoridade e tradição, apontada por Hans-Georg Gadamer, em *Verdade e método*. É por demais falado que há, na Modernidade, uma ânsia em romper todo liame com o passado. A *Aufklärung*, sob a égide da Razão Absoluta, que se apresentou como suficiente para nos proteger de qualquer erro, desvalorizou a noção de preconceito, preconceito entendido simplesmente como conceito prévio, afastado aqui de qualquer caráter cultural, racial ou de gênero; no entanto, para a compreensão fundada no modo de ser finito e histórico da hermenêutica gadameriana, essa noção foi lapidada e dirigida à noção de autoridade. Enquanto a autoridade é condenada pela *Aufklärung* como bloqueadora do uso da razão devido a uma acusação de levar a uma prévia aceitação ou submissão, para Gadamer seria, antes, um atributo das pessoas: "Mas a autoridade das pessoas não tem seu fundamento último num ato de submissão e de abdicação da razão, mas num ato de reconhecimento e de conhecimento" (GADAMER, 1999, p. 419). Presume-se daí que autoridade não é arbitrariedade irracional, mas condição para se delimitar e legitimar um juízo. Gadamer apoia-se, então, na crítica romântica à *Aufklärung*, crítica esta pautada em uma forma particular de autoridade, a tradição:

⁵ "Estas fuerzas pueden provenir del pasado, mas por lo general serán consideradas como sanciones ejercidas por los propios contemporáneos (y esto será cierto tanto si uno se opone a ellas y las padece como si no). Existe una organización de la opinión que puede tanto facilitar como inhibir el modo personal de hacer la interpretación, que prescribirá qué puede ser legítimamente objeto de un escrutinio interpretativo intensivo y determinará si un acto particular de interpretación debe ser considerado un éxito o un fracaso, si deberá ser tenido en cuenta o no en futuras interpretaciones lícitas. El medio de estas presiones e intervenciones es la institución" (KERMODE, 1998, p. 91).

⁶ "Los profesores tienden a enseñar lo que les han enseñado, lo que es fácil de encontrar editado, sobre lo que existen ensayos interesantes y sobre lo que ellos mismos están escribiendo. Lo que es fácil de encontrar editado tiende a ser aquello sobre lo que se escribe y enseña; lo que se escribe tiende a ser lo que se enseña y sobre lo que otros escriben" (HARRIS, 1998, p. 48).

O que é consagrado pela tradição e pela herança histórica possui uma autoridade que se tornou anônima, e nosso ser histórico e finito está determinado pelo fato de que também a autoridade do que foi transmitido, e não somente o que possui fundamentos evidentes, tem poder sobre essa base, e, mesmo no caso em que, na educação, a “tutela” perde a sua função com o amadurecimento da maioria, momento em que as próprias perspectivas e decisões assumem finalmente a posição que detinha a autoridade do educador, esta chegada da maturidade vital-histórica não implica, de modo algum, que nos tornemos senhores de nós mesmos no sentido de nos havermos libertado de toda herança histórica e de toda tradição (GADAMER, 1999, p. 421).

A dívida que devemos aos românticos, segundo Gadamer, é a correção da *Aufklärung*, a qual reconhece que a tradição, ainda que à margem dos fundamentos da razão, conserva direitos e é determinante dos comportamentos e instituições; não se deve afastar da tradição, no entanto, a possibilidade da ruptura, sempre iminente, sobretudo na Modernidade. A oposição que pode decorrer entre a permanência da tradição e autofundação da razão, pode levar a considerar-se a tradição como natural; porém Gadamer refuta tal possibilidade:

Na realidade, a tradição sempre é um momento da liberdade e da própria história. Também a tradição mais autêntica e venerável não se realiza naturalmente, em virtude da capacidade de permanência daquilo que, singularmente está aí, mas necessita ser afirmada, assumida e cultivada (GADAMER, 1999, p. 422).

A comunidade profissional usa de sua autoridade – não indiscutível, diga-se de passagem – para determinar o que é ensinado, impor valorações e sancionar interpretações. Kermode relativiza, porém, o possível despotismo dessa instituição, o que não cerceia seu campo de atuação, o qual prescreve desde o que deve ser ensinado e o modo como deve ser interpretado – o que Kermode chama de restrições canônicas e hermenêuticas, respectivamente – até o processo de inserção de um jovem na estrutura hierárquica da comunidade. É importante frisar que, desse modo, toda alteração no cânone é precedida por uma mudança ideológica na comunidade profissional, o que pode acarretar também a modificação de sua estrutura hierárquica.

Existe uma competência institucionalizada, e o que esta considera inaceitável é incompetente. Isso não supõe, como norma, ter que prestar muita atenção nos casos individuais, visto que não há garantia de que esse conhecimento tácito seja infalível; baseia-se no conjunto de pressupostos de uso comum:

o paradigma ou, se o preferem, a *episteme*; e uma revolução pode modificá-lo completamente. Mas a pontualização imediata é, simplesmente, que aceitamos ou rejeitamos uma interpretação sobre a base de um *corpus* de conhecimento tácito, compartilhado – não importa com o que qualificamos – pelos escalões mais antigos da hierarquia (KERMODE, 1998, p. 95)⁷.

A funcionalidade do conceito de dispositivo

Depois de apresentar o papel das instituições na determinação de interpretações válidas ou inválidas, explicitarei em que medida se configura a relação do cânone com o poder, apontando para um possível uso do conceito foucaultiano de dispositivo como operador para a discussão do conceito de cânone literário.

O renascimento da questão do cânone provocado pelo advento do problema da cultura deixou patente – mesmo para aqueles que insistiam em não ver – a relação do cânone com o poder e com a ideologia dominante; o cânone passou, assim, a ser denunciado como veículo dos valores das classes dominantes. É legítimo hoje levantar a questão de se não tem havido uma reversão dessa dinâmica, uma vez que o processo de formação de um cânone tem sido marcado pela intervenção de minorias dirigentes, culturais e políticas, fazendo com que o cânone funcione nas mãos dessas minorias tanto como meio de difundir seus valores e se fazer respeitar quanto como instrumento de pressão política. Sullà coloca o problema da seguinte maneira: “O problema surge quando as minorias às quais venho me referindo rejeitam a identidade que lhes oferece a cultura ocidental e buscam em troca que seja reconhecida sua diferença, sua identidade, o que supõe dotar-se de uma tradição, valores e voz próprios” (SULLÀ, 1998, p. 15)⁸. Esse movimento provocado pelas minorias reavivou a questão do cânone, como apontado acima, e contribuiu para que se enfraquecesse a crença no cânone como uma instituição rígida e imutável, passando-se a concebê-lo como reflexo da diversidade, seja ela cultural, social, política. Frente a uma lista rígida de um cânone que represente os valores da classe dominante, Sullà sugere três alternativas, das quais nenhuma se mostra suficientemente adequada para apontar soluções ao problema do cânone:

⁷ “Existe una competencia institucionalizada, y lo que ésta considera inaceptable, es incompetente. Esto no supone, como norma, tener que prestar mucha atención a los casos individuales, puesto que no hay garantía de que este conocimiento tácito sea infalible; se basa en el conjunto de supuestos de uso común: el paradigma o, si lo prefieren, la *episteme*; y una revolución puede cambiarlo todo. Pero la puntualización inmediata es, simplemente, que aceptamos o rechazamos una interpretación sobre la base de un corpus de conocimiento tácito, compartido – no importa con qué cualificaciones – por los escalones más antiguos de la jerarquía” (KERMODE, 1998, p. 95).

⁸ “El problema surge cuando las minorías a las que me vengo refiriendo rechazan la identidad que les ofrece la cultura occidental y buscan en cambio que sea reconocida su diferencia, su identidad, lo que supone dotarse de una tradición, valores y voz propios” (SULLÀ, 1998, p. 15).

Ou a abertura do cânone para que reflita a pluralidade sócio-cultural ou a destruição desse cânone e sua substituição por cânones locais, parciais, que representem unicamente os membros das comunidades que se sentem identificadas com eles [...]; uma atitude todavia mais radical advogaria pela supressão de qualquer cânone, visto que sua formação é um exercício de autoridade e de exclusão de uma maioria em benefício de uma minoria (SULLÀ, 1998, p. 15-6)⁹.

Mais produtivo talvez seja investigar o funcionamento do cânone e a que propósitos ele serve. Roberto Reis, em ensaio sobre o conceito de cânone, denuncia a relação existente entre o cânone literário e a noção de poder. Nesse sentido, a linguagem e os discursos – por hora, restrinjo-me a esses dois conceitos para que a lista de exemplos não seja exaustiva – engendram mecanismos de poder que operam de modo a garantir o controle social. A noção de poder perpassa toda e qualquer tentativa de se estabelecer um cânone, sendo usados a autoridade, a ideologia, o interesse, para consolidá-lo, de forma a ter-se uma legitimação que ocorre pelo discurso e não pela comprovação de um valor imanente ao texto. Reis persegue o conceito foucaultiano de poder para desenvolver a acusação de que os fatos não preexistem aos discursos que os sancionam. Em decorrência disso, pode-se destacar de seu ensaio os princípios da seleção e da exclusão, controladores de todo ato interpretativo, os quais Reis, retomando Michel Foucault, sintetiza assim:

Toda interpretação é feita a partir de uma dada posição social, de classe, institucional. É muito difícil que um saber esteja desvinculado do poder. Com isso deduzimos que os textos não podem ser dissociados de uma certa configuração ideológica, na proporção em que o que é dito depende de quem fala no texto e de sua inscrição social e histórica. O que equivale a afirmar que todo texto parece estar intimamente sobredeterminado por uma instância de autoridade. O critério para se questionar um texto literário não pode se descurar do fato de que, numa dada circunstância histórica, indivíduos dotados de poder atribuíram o estatuto de literário àquele texto (e não a outros), canonizando-o (REIS, 1992, p. 69).

Ao mencionar os critérios definidores do ato de seleção e exclusão, Reis mostra que, entre os defensores da manutenção do cânone, os critérios utilizados são, em sua maioria, de caráter estético, o que equivale a privilegiar o texto em suas relações internas. Em contraposição, o autor problematiza o conceito de literatura, de

⁹ “o la apertura del canon para que refleje la pluralidad sociocultural o la destrucción de ese canon y su sustitución por cánones locales, parciales, que representen únicamente a los miembros de las comunidades que se sientan identificadas con ellos [...]; una actitud todavía más radical abogaría por la supresión de cualquier canon, puesto que su formación es un ejercicio de autoridad y de exclusión de una mayoría en beneficio de una minoría” (SULLÀ, 1998, p. 15-6).

modo a evidenciar que há elementos ideológicos que atuam nessa definição. Reis considera, assim, a literatura dentro da dinâmica das práticas sociais, sujeita – bem como outras práticas – a formas de controle, tendo na universidade um bom exemplo disso. Portanto, para Reis, a literatura é enfocada sob um ângulo funcional:

Um texto não é literário porque possua atributos exclusivos que o distinguem de outro texto, mas porque os leitores (entre eles incluídos os críticos), por inúmeras razões, o veem como tal. Assim dimensionada, a literatura se converte numa forma de práxis discursiva e social, não apenas representando mas também criando a realidade (REIS, 1992, p. 72).

Reis aponta a importância do *locus* institucional na atribuição de valor e acusa a instituição literária de reforçar fronteiras culturais e barreiras sociais, uma vez que localiza o cânone como instrumento dos mais poderosos. A perspectiva de Reis, a partir desse ponto, segue um caminho pouco interessante para este artigo, já que investe na revelação da influência da posição social, do gênero e da etnia na formação do cânone. Assim, o que constitui o problema do cânone para Reis “é a própria existência de um cânon, de uma canonização que reduplica as relações injustas que compartimentam a sociedade” (REIS, 1992, p. 77). O intuito deste artigo, porém, é menos o de propor a aniquilação do cânone do que o de investigar os motivos de sua existência e seu funcionamento.

É possível vislumbrar que o poder a que alude Reis talvez esteja mais assentado no que Foucault, ao longo de sua obra, denominou dispositivo. De acordo com Judith Revel, o que Foucault compreende por dispositivo são “os operadores materiais do poder, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder” (REVEL, 2005, p. 39). O dispositivo, sendo, pois, uma rede estabelecida entre os elementos de um conjunto heterogêneo que inclui desde discursos até edifícios e medidas de segurança, insere-se sempre nas relações de poder como ordem mediadora. Vejamos como Foucault coloca o problema do dispositivo:

Através deste termo [dispositivo] tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite

justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. Este foi o caso, por exemplo, da absorção de uma massa de população flutuante que uma economia de tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que pouco a pouco tornou-se o dispositivo de controle-dominância da loucura, da doença mental, da neurose (FOUCAULT, 2006, p. 244).

O dispositivo compreende, pois, toda a heterogeneidade existente entre os elementos discursivos e não-discursivos; delinea as relações existentes entre esses elementos; legitima uma prática muda, subjacente; atua na reinterpretação dessa prática e na criação de uma nova racionalidade daí advinda; responde a uma urgência; em suma, o dispositivo relaciona-se com mecanismos de controle, de regulação, de ordenação, de captação, de determinação, em função de um objetivo estratégico: quesitos esses facilmente aplicáveis à função do cânone. Foucault fala ainda de um duplo processo de constituição do dispositivo: a sobredeterminação funcional, a qual consiste na reverberação de um ato do dispositivo, e o preenchimento estratégico, que é decorrente da sobredeterminação funcional e que constitui a transformação de uma prática negativa, marginal, em positiva, institucional.

Um primeiro momento é o da predominância de um objetivo estratégico. Em seguida, o dispositivo se constitui como tal e continua sendo dispositivo na medida em que engloba um duplo processo: por um lado, processo de *sobredeterminação funcional*, pois cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente; por outro lado, processo de perpétuo *preenchimento estratégico* (FOUCAULT, 2006 p. 245).

Giorgio Agamben, décadas depois, debruça-se sobre a genealogia desse termo em Foucault e coloca-o, em um primeiro momento, como desdobramento do conceito de positividade em Hegel, porém deixa claro que em Foucault não há o objetivo de amenizar os conflitos entre as partes, mas sim o de investigar os modos

de atuação dos dispositivos nas relações de poder. O conjunto heterogêneo compreendido pelo dispositivo, apesar de estar vinculado ao conceito de episteme, apresenta uma amplitude maior que este por agrupar em si aspectos linguísticos e não-linguísticos, formando uma rede cuja função seria a de determinar saberes, medidas, instituições que teriam por objetivo “administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que se supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens” (AGAMBEN, 2005, p. 12). A episteme seria apenas um dispositivo especificamente discursivo cuja função seria a de explicitar as relações existentes entre os diversos discursos de uma dada época histórica. Foucault mesmo delimita essa diferença:

A respeito do dispositivo, encontro-me diante de um problema que ainda não resolvi. Disse que o dispositivo era de natureza essencialmente estratégica, o que supõe que se trata no caso de uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las, etc. O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. Em *As Palavras e as Coisas*, querendo fazer uma história da *epistémè*, permanecia em um impasse. Agora, gostaria de mostrar que o que chamo de dispositivo é algo muito mais geral que compreende a *epistémè*. Ou melhor, que a *épistémè* é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo, seus elementos sendo muito mais heterogêneos (FOUCAULT, 2006, p. 246).

Ainda restrito à conceitualização de Foucault, Agamben resume o dispositivo como a “disposição de uma série de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) com o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito” (AGAMBEN, 2005, p. 11). A ampliação do termo empreendida por Agamben – de forma a propor uma divisão entre os seres vivos, os dispositivos e uma terceira instância, resultante da relação entre os dois anteriores, o sujeito – deixa, pois, a suspeita para se investigar o cânone como um dispositivo da rede que envolve a literatura.

Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente, portanto, as prisões, os

manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – porque não – a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata, – provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar (AGAMBEN, 2005, p. 13).

De acordo com o teórico italiano, a sociedade capitalista é marcada pela acumulação e proliferação dos dispositivos, fato que demanda, em contrapartida, estratégias para se conviver com eles. A saída apresentada por Agamben não vai ao encontro nem da destruição, nem do uso correto do dispositivo; constitui-se, pois, em adotar uma estratégia que vise a “liberar o que foi capturado e separado pelos dispositivos para restituí-lo a um possível uso comum” (AGAMBEN, 2005, p. 14). Tal saída para a restituição ao uso comum está compreendida em seu conceito de profanação. Atente-se ao fato de que o uso comum difere do uso correto.

Segundo o direito romano, sagradas ou religiosas eram as coisas que pertenciam de algum modo aos deuses. Como tais, eram subtraídas ao livre uso e ao comércio dos homens, não podiam ser vendidas, nem penhoradas, cedidas ao usufruto ou encarregadas de servidão. Sacrilégio era todo ato que violasse ou transgredisse esta especial indisponibilidade que as reservava exclusivamente aos deuses celestes (e eram então chamadas propriamente de “sagradas”) ou inferiores (neste caso, chamavam-se simplesmente “religiosas”). E se consagrar (*sacrare*) era o termo que designava a saída das coisas da esfera do direito humano, profanar significava ao contrário restituir ao livre uso dos homens (AGAMBEN, 2005, p. 14).

Nessa perspectiva, Agamben define a religião “como aquilo que subtrai coisas, lugares, animais e pessoas do uso comum e as transfere para uma esfera separada” (AGAMBEN, 2005, p. 14), tendo como dispositivo de regulação e realização o sacrifício, e como contradispositivo de restituição ao uso comum, a profanação. É importante lembrar que o cânone, assim como a consagração, também possui uma raiz religiosa, responsável pela seleção dos textos que receberiam a qualificação de sagrados¹⁰. Ao que parece, o gesto da crítica – a

¹⁰ A respeito da formação do cânone na Igreja, cf. CURTIUS, Ernst Robert. “Classicismo”. In: *Literatura européia e idade média latina*. Trad. Teodoro Cabral. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957. pág. 255-280. Perpassa esse capítulo a tese segundo a qual “o desenvolvimento de um cânon serve de garantia a uma tradição” (CURTIUS, 1957, p. 264), tradição esta alcançada apenas através da arbitrariedade inerente a toda seleção de texto.

depende de um juízo favorável ou contrário – teria o caráter duplo do sacrifício e da profanação, do dispositivo e do contradispositivo.

A sociedade moderna age de modo a promover processos separativos como a religião o faz, porém Agamben aponta uma diferença qualitativa entre os dispositivos tradicionais e os modernos. Comum a ambos os dispositivos – tradicionais e modernos –, há um processo de subjetivação, que evita que o dispositivo funcione apenas como exercício de violência. A subjetivação constitui antes uma subjetividade que um sujeito.

Foucault assim mostrou como, em uma sociedade disciplinar, os dispositivos visam através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, a criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua “liberdade” enquanto sujeitos no processo mesmo do seu assujeitamento. O dispositivo é, na verdade, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações, e só enquanto tal é uma máquina de governo (AGAMBEN, 2005, p. 15).

A subjetivação é, assim, um efeito da atuação do dispositivo em um sujeito, isto é, o seu assujeitamento à governamentalidade. Para falar dos dispositivos tradicionais, Agamben usa do exemplo da confissão, por meio da qual há a criação de uma nova subjetividade através da negação da velha. Já os dispositivos modernos, segundo o autor, atuam menos no processo de produção de uma subjetividade do que em sua dessubjetivação. É importante explicitar que a dessubjetivação ocorre também com os dispositivos tradicionais, porém aos dispositivos modernos faltaria o salto da dessubjetivação à subjetivação.

Um momento dessubjetivante estava certamente implícito em todo processo de subjetivação e o Eu penitencial se constituía, havíamos visto, só através da própria negação; mas o que acontece nesse momento é que os processos de subjetivação e os processos de dessubjetivação parecem reciprocamente indiferentes e não dão lugar à recomposição de um novo sujeito, senão em forma larvar e, por assim dizer, espectral (AGAMBEN, 2005, p. 15).

Voltando ao problema de se considerar o cânone um dispositivo da instituição literária, parece ser evidente que o comprometimento do cânone com a *Bildung*, com a formação do nacional ou da identidade cultural ou qualquer outra função que venha a substituir essas, fracassa nos dias de hoje. Essa aporia aparentemente aponta para um cânone pessoal *à la* Harold Bloom, cuja única função seria a eleição das escolhas individuais, sem grandes consequências para o indivíduo ou para a interação social, uma vez que não se realizam os processos de recomposição através da subjetivação. Em consequência, tem-se um governo que

visa a manter inalterado aquilo que é governado e, por conseguinte, uma literatura sem um contraponto edificante, compreendendo-se edificante em um sentido amplo como qualquer processo de formação e transmissão de conhecimento ou valor moral ou de experiência e efeito estético.

O clássico como o fim próximo do cânone

Nessa perspectiva, encontramos as tentativas beligerantes de substituir o cânone por outro elenco de obras e autores, sem se alterar a função que o cânone representa para determinada sociedade; tal empreendimento perpetuaria a ação da dessubjetivação, corroborando talvez a tese de Hans Ulrich Gumbrecht, segundo a qual haveria um movimento na história da literatura que levaria à promoção do clássico em detrimento do cânone. A questão que reverbera daí diz respeito a que processo de subjetivação espera-se que o cânone promova:

O problema da profanação dos dispositivos – isto é, da restituição ao uso comum daquilo que foi capturado e separado de si – é, por isso, tanto mais urgente. Ele não se deixará pôr corretamente se aqueles que se encarregarem disto não estiverem em condições de intervir sobre os processos de subjetivação não menos que sobre os dispositivos, para levá-los à luz daquele Ingovernável, que é o início e, ao mesmo tempo, o ponto de fuga de toda política (AGAMBEN, 2005, p. 16).

Gumbrecht, ao colocar em confronto os conceitos de cânone e clássico, mostra que as tentativas de se definir os conceitos fundamentais dessa oposição apontaram dificuldades, principalmente quando se tentou esboçar “um conceito metahistórico do cânone¹¹ como categoria básica para uma tipologia histórica da cultura” (GUMBRECHT, 1998a, p. 61)¹². Pode-se atribuir a razão disso ao fato de que, ao longo do desenvolvimento do conceito moderno de literatura, houve uma desqualificação do cânone estético – considerado impossível, pois sua almejada extemporaneidade é inatingível – em favor da premissa de temporalização e do postulado de inovação. Já se pode entrever uma diferenciação entre cânone e clássico, segundo a qual os clássicos apresentariam um conteúdo superior e intemporal: “A capacidade para falar às ‘posteriores gerações’ através de sua obra é a característica dos autores clássicos. Os autores do antigo cânone não teriam essa

¹¹ Um conceito metahistórico de cânone teria a função de estabelecer parâmetros os quais seriam capazes de atuar independentemente de condicionantes históricos, de forma a poder-se traçar uma história do cânone sem haver variação nos padrões orientadores da seleção e da valoração. O cânone poderia, assim, servir como uma categoria capaz de caracterizar a cultura, a despeito da transformação que lhe é inerente.

¹² “un concepto metahistórico del canon como categoría básica para una tipología histórica de la cultura” (GUMBRECHT, 1998a, p. 61).

característica, porque o cânone, como instituição, não se interessava pela temporalização (GUMBRECHT, 1998a, p. 69)¹³. Em “A mídia literatura”, Gumbrecht situa a inovação como um modo específico da transgressividade do autor-indivíduo, particularmente daquele do século XIX, cuja consequência maior pode ser apontada como a impossibilidade da institucionalização da literatura:

Um modo específico no qual se realiza a transgressividade e a excentricidade do autor-indivíduo é a compulsão a inovar. Desde o início do século XIX, espera-se de todo o texto literário que seu conteúdo e sua forma sejam inéditos. Isto afasta a literatura cada vez mais do domínio social de uma possível institucionalização – distanciando-a, a longo prazo, da competência de compreensão de grupos cada vez maiores de leitores (GUMBRECHT, 1998b, p. 316).

Nessa perspectiva de temporalização e inovação, o cânone, em seu sentido tradicional – a seleção e a manutenção de um *corpus* que visa à configuração de uma visão de mundo e que, evidentemente, serve ao propósito de se determinar padrões sociais de comportamento – teria desaparecido. A aceitação do clássico dependeria, para Gumbrecht, da habilidade do receptor/leitor em tornar produtivo o estado de tensão entre o clássico e essas premissas. Gumbrecht não deixa claro o que seja *tornar produtivo* esse estado de tensão, porém parece ser algo próximo à atualização da obra promovida pela leitura. A respeito do *estado de tensão*, está evidente a relação conflitiva entre o clássico, uma noção que pressuporia um caráter estanque, rígido, fixo do *corpus* de textos selecionados, enquanto que as premissas mencionadas instaurariam um processo fluido, no qual tanto textos quanto interpretações estariam passíveis de alterações. Segundo Gumbrecht, “possíveis estudos posteriores sobre a função do ‘clássico’ e dos ‘clássicos’ definitivamente não levarão à legitimação de uma continuidade em sua função social tradicional” (GUMBRECHT, 1998a, p. 64)¹⁴; entendendo-se por sua função social tradicional o processo de determinação dos padrões de comportamento social a serem compartilhados através da literatura.

Gumbrecht sugere que “visto que na atualidade não existe, ou não pode existir, ‘cânone estético’ algum, as pré-considerações teóricas para a investigação histórica e tipológica do fenômeno cânone devem deixar fora de consideração, em primeiro lugar, nossas experiências não-teóricas com o fenômeno contemporâneo do clássico” (GUMBRECHT, 1998a, p. 62)¹⁵. Torna-se aqui possível distinguir com um

¹³ “La capacidad para hablar a ‘las posteriores generaciones’ a través de su obra es la característica de los autores clásicos. Los autores del antiguo canon no tenían esta característica porque el canon, como institución, no se interesaba por la temporalización” (GUMBRECHT, 1998a, p. 69).

¹⁴ “posibles estudios posteriores sobre la función de lo ‘clásico’ y de los ‘clásicos’ definitivamente no llevarán a la legitimación de una continuidad en su función social tradicional” (GUMBRECHT, 1998a, p. 64)

¹⁵ “puesto que en la actualidad no existe, o no puede existir, ‘canon estético’ alguno, las preconsideraciones teóricas para la investigación histórica y tipológica del fenómeno canon deben

pouco mais de nitidez a oposição cânone X clássico, proposta por Gumbrecht. O clássico relaciona-se a um leitor descompromissado com a tradição crítica de uma determinada obra ou autor, fixando-se unicamente na fruição proporcionada por sua leitura individual, ou seja, trata-se de uma leitura sem maiores consequências para a tradição literária. O cânone, por sua vez, mostra-se comprometido com a reverberação causada por uma obra e sua vinculação a alguma tradição ou visão de mundo. Sullà sintetiza bem o propósito de Gumbrecht:

Ainda que dê a impressão de atuar de forma inversa [inversa a Frank Kermode que abandona o conceito de clássico em prol do conceito de cânone], H. U. Gumbrecht argumenta de maneira bastante convincente o passo do conceito de cânone ao de clássico em função, precisamente, da perda de autoridade da crise da poética tradicional que, em sua fragmentação, não admite a validade de algumas obras como modelos, assim como da mudança de função da literatura mesma (SULLÀ, 1998, p. 21)¹⁶.

Considerações finais

A sugestão de não se considerar as experiências não-teóricas com o fenômeno contemporâneo do clássico cabe como crítica ao modelo de Harold Bloom, o qual pressupõe universais estéticos que afastariam os componentes ideológicos e institucionais do cânone, a fim de ressaltar a relação individual de um leitor com um texto, lembrando que o cânone faz parte, para Bloom, de uma lista de livros exigidos para um estudo determinado.

A concepção de um cânone estético não compactua com os padrões modernos da literatura por funcionar nos moldes de um tratado de poética, determinando as regras do fazer literário de forma programática e normativa. Pode-se perceber essa mudança histórica da literatura através de pares antinômicos como gosto e gênio, razão e imaginação, imitação e vida. Os efeitos dessa transformação são sentidos ainda hoje na valorização do efeito da leitura no indivíduo em detrimento de sua função pedagógica na sociedade.

A maior contribuição que trouxe a estética filosófica – ainda em seus primórdios na época da configuração da literatura em seu sentido moderno – foi desconsiderar a leitura enquanto identificação de um modelo imitado e sua

dejar fuera de consideración en primer lugar nuestras experiencias no teóricas con el fenómeno contemporáneo de lo clásico” (GUMBRECHT, 1998a, p. 62).

¹⁶ “Aunque dé la impresión de actuar de forma inversa [inversa a Frank Kermode que abandona o conceito de clássico em prol do conceito de cânone], H. U. Gumbrecht argumenta de manera bastante convincente el paso del concepto de canon al de clásico en función, precisamente, de la pérdida de autoridad, de la crisis de la poética tradicional que, en su fragmentación, no admite la validez de unas obras como modelos, así como del cambio de función de la literatura misma” (SULLÀ, 1998, p. 21).

reprodução em favor de uma experiência fenomenológica do texto. Desse processo, – que liberou o autor da submissão às normas tradicionais e sociais e o leitor que, da simples decodificação desses elementos, conformava-se ao comportamento social – abre-se um novo momento na concepção de obra, que passa da categoria de exemplar à de singular.

A consequência mais significativa recai sobre o leitor, que passa a formar sua personalidade solitariamente no contato individual com a obra, vulnerável, porém, ao risco de não passar pelo processo de subjetivação, o qual daria à literatura uma função edificante ou simplesmente formadora.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. In: “A exceção e o excesso”. *Outra travessia*. Revista de Literatura número cinco. Curso de Pós-Graduação em Literatura. Universidade Federal de Santa Catarina. Segundo semestre de 2005.

CURTIUS, Ernst Robert. Classicismo. In: *Literatura européia e idade média latina*. Trad. Teodoro Cabral. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957. p. 255-280.

FOKKEMA, Douwe W. *História literária: modernismo e pós-modernismo*. Trad. de Abel Barros Baptista. Lisboa: Vega, [s.d].

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1999.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. ‘Cual Fénix de las cenizas’ o del canon a lo clásico. In: SULLÀ, Enric (Org.). *El canon literario*. Madrid: Arco/Libros, 1998a.

_____. *Modernização dos sentidos*. Trad. Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Ed. 34, 1998b.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

KERMODE, Frank. El control institucional de la interpretation. In: SULLÀ, Enric (Org.). *El canon literario*. Madrid: Arco/Libros, 1998. p. 91-112.

LOPES, Silvina Rodrigues. *A legitimação em literatura*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

POZUELO, José Maria. *Teoria del canon y literatura española*. Madrid: Ed. Catedra, 2000.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luis (Org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudos da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 65-92.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos fundamentais*. Trad. Carlos Piovezani Filho; Nilton Milanez. São Paulo: Clara Luz, 2005.

SULLÀ, Enric (Org.). *El canon literario*. Madrid: Arco/Libros, 1998.

Recebido em 31 de janeiro de 2011.

Aceito em 11 de novembro de 2011.

DANIEL TEIXEIRA DA COSTA ARAUJO

Mestre em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) 2008, graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), professor de língua francesa e intérprete/tradutor. E-mail: danielcosta@yahoo.com.br.